CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 97ª
(NONAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo ainda *quorum* suficiente para dar início aos trabalhos, vou suspender a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h15, a sessão é reaberta às 15h53min.)

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu venho a esta tribuna para falar um pouco sobre esse incêndio devastador que está acontecendo na Chapada dos Veadeiros, bem aqui ao lado do Distrito Federal.

Na última segunda-feira, 23 de outubro, as Prefeituras de Alto Paraíso e Cavalcante decretaram situação de emergência por conta do agravamento do incêndio que atinge o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Sabemos que muitos brasilienses têm residência ali, muitas pessoas passam o fim de semana em Alto Paraíso. Inclusive, solidarizamo-nos com aquela população, porque, como mostra uma matéria do *Correio Braziliense* de hoje, quase 30% da área do parque já foram completamente destruídas pelo fogo, trazendo um enorme prejuízo para a fauna e a flora daquele parque.

Sabemos que as prefeituras, o Governo do Distrito Federal, o Instituto Chico Mendes, o Corpo de Bombeiros, todos estão numa ação grande para impedir, diminuir esse incêndio, mas, infelizmente, ele avança cada vez mais, a ponto de, agora há pouco, o fogo ter chegado a Cavalcante. É uma situação extremamente grave. Esse incêndio traz um enorme prejuízo, como já falei aqui, para a fauna e a flora, mas traz também uma série de problemas de saúde para a população que mora lá. Os moradores estão tendo problemas de saúde, respiratórios, muito graves. O fogo continua muito grande.

Embora o governo já tenha colocado alguns homens do Corpo de Bombeiros à disposição, peço para o Governo do Distrito Federal intensificar o apoio, porque a situação, realmente, é muito precária. Infelizmente, se não chover, é possível que esse incêndio avance muito mais ainda.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RICARDO VALE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Não só o governo colocou, mas também várias entidades da sociedade civil estão arregimentando quadros preparados para ajudarem essa região de Alto Paraíso. É interessante destacar que Brasília possui um dos equipamentos mais modernos, que é uma aeronave capaz de transportar vários volumes de água para fazer combate a incêndio. Isso coloca para nós uma responsabilidade solidária de maneira muito importante e necessária, até porque um dos grandes usuários dessa região é proveniente do Distrito Federal. Em Alto Paraíso, o impacto no turismo se deu muito pelo Distrito Federal. Então, nada mais do que justo, em um momento de dificuldade como esse, Brasília se ombrear com o Governo do Estado de Goiás e apoiar essa obra.

Eu parabenizo V.Exa. por trazer esse tema ao plenário da Casa, porque ele merece toda a atenção por parte do Governo do Distrito Federal. É algo extremamente urgente e necessário. Muito obrigado, Deputado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	3

DEPUTADO RICARDO VALE – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Realmente, é preciso uma atenção grande por parte do Governo do Distrito Federal.

Como falei, recebi, inclusive, uma ligação, hoje de manhã, do Secretário de Cultura de lá, o Paquito, trazendo toda essa situação e falando da preocupação que ele tem com a fauna e com a flora, mas, principalmente, com a população. Já começa uma série de doenças, o clima está muito quente, há fumaça. Ele me pediu, inclusive, que eu fizesse esse pronunciamento e, se possível, que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Casa acompanhasse de perto, porque é uma questão humanitária. É um lugar extremamente importante para o Distrito Federal. Há muitas nascentes ali que abastecem vários rios da nossa região. Inclusive, eu estou pensando – e quero convidar alguns Deputados – em fazer uma visita *in loco*, porque a situação, segundo ele me relatou, é muito grave. Nós não temos a dimensão de como está aquele incêndio. Eu devo ir até lá neste fim de semana para acompanhar de perto, mas fica aqui o registro, atendendo ao pedido das autoridades de lá, para que que a Câmara Legislativa, o próprio Governo do Distrito Federal coloque à disposição um aparato maior, uma estrutura maior para combater esse incêndio.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder de Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, comemora-se o Dia do Servidor Público, que, neste ano, caiu em um sábado, dia 28. Dos males o menor. Pensando bem, o servidor público, esse eterno guerreiro, que veste a camisa da sua instituição e dá o seu sangue e suor para oferecer à sociedade um serviço público de qualidade e eficiente, não tem o que comemorar. Salários defasados, avanço da terceirização nas atividades-fim, entre outros problemas, são ameaças e desafios que provocam pesadelos nas noites dos servidores públicos. Portanto, nessa data, que deveria ser comemorada, devemos aproveitar para refletir e buscar soluções para resolver os problemas que afligem essa categoria.

Hoje, porém, queremos abrir um espaço especial nesta tribuna, para falar de uma instituição, Deputado Prof. Reginaldo Veras, cuja história se confunde com a própria história do Brasil. Trata-se da Imprensa Nacional, que acumula mais de dois séculos de existência, cuja gênese ocorreu em 13 de maio de 1808, logo após a chegada da família real ao Brasil. Essa organização é a casa editora do Diário Oficial da União, que publica atos normativos e administrativos oficiais da administração pública. Figurando entre os órgãos mais antigos do Poder Executivo, a Imprensa Nacional se orgulha de ter acolhido nos seus quadros funcionais o escritor Machado de Assis, inicialmente como aprendiz de tipógrafo – 1856 a 1858 – e, mais tarde, como ajudante do diretor do "diretor oficial". Destacamos, ainda, Deputado Wasny de Roure, que esse ícone da literatura brasileira se tornou, em 1997, o Patrono da Imprensa Nacional.

Ainda ressaltando o pioneirismo que sempre palmilhou a sua história, a Imprensa Nacional foi o primeiro órgão a admitir mulheres no seu quadro de pessoal. Trata-se de Dona Joana França Stockmeyer, patrona da servidora pública brasileira, que trabalhou na Imprensa Nacional entre 1892 e 1944.

Ainda discorrendo a respeito da dimensão e da importância da Imprensa Nacional para a história político-administrativa de nossa nação, recordamos que a instituição teve um papel fundamental para legitimar a transferência da sede do poder central do Rio de Janeiro para o Planalto Central, onde estava sendo inaugurada a nova Capital da República. Para validar esse processo de mudança, o Presidente inaugurou primeiro a sede da Imprensa Nacional, que, por sua vez, imprimiu uma edição especial do Diário Oficial da União, com a publicação do ato que validava a transferência da capital para Brasília.

Ao longo de sua trajetória, a Imprensa, além publicar e validar os atos oficiais, manteve um programa editorial que atendia exclusivamente a clientes da administração pública. Essa carteira de clientes somava quase vinte organizações e compreendia desde instituições voltadas para atividades culturais, a exemplo da Fundação Casa de Rui Barbosa, da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, até as instituições que publicavam obras com conteúdo jurídico, a exemplo do Supremo Tribunal Federal, com a sua Coleção das Leis, e das obras avulsas dos demais tribunais superiores.

Lembramos, ainda, Sras. e Srs. Deputados, que a Imprensa Nacional não é apenas um veículo de divulgação dos atos oficiais. Por intermédio do Museu da Imprensa, que foi criado em 1982 e que abriga peças e maquinários que contam a evolução do processo gráfico no Brasil, é realizado, desde 1996, o Concurso Museu da Imprensa, cujo objetivo é despertar nos estudantes de todo o País o interesse pela visitação a instituições socioculturais.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, felicito V.Exa. por essa mensagem e pela lembrança dessa casa histórica, mas que, ao mesmo tempo, é bastante atualizada pela dinâmica de trabalho.

Concordo com V.Exa. A Imprensa Nacional fez protagonismo em muitos momentos cruciais da história política brasileira e da história dos servidores públicos. Naturalmente, hoje, apesar de um tanto quanto sucateada em função das novas tecnologias, ainda continua prestando um serviço extremamente relevante.

É verdade: é museu, mas tem um espaço físico privilegiado. Chega a ter uma creche nas suas instalações, para uso de todos os servidores. Hoje acomoda também a AGU – Advocacia-Geral da União.

É uma instituição que tem uma construção e uma contribuição histórica enorme e que hoje, agregada às outras instituições que cuidam das imprensas

estaduais, tornou-se anfitriã em todo o debate, pois se exigem agilidade e transparência nos atos do Poder Público.

Ela continua mais atualizada do que nunca e tem um conjunto de servidores altamente qualificados, que precisam ter todo o apoio nesse processo de suporte tecnológico para as suas tarefas e para os desdobramentos destas em um País com a magnitude do nosso País-continental.

Parabenizo V.Exa. por trazer à memória desta Casa uma instituição que tem contribuído ricamente para a vida pública brasileira. Parabéns, Deputado!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte enriquecedor de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero falar agora sobre o diagnóstico atual da imprensa. Em 2000, a Imprensa Nacional saiu do Ministério da Justiça e passou para a estrutura da Casa Civil da Presidência da República. Com a mudança, os novos gestores extinguiram o programa editorial da Imprensa Nacional e, de um total de 735 servidores, redistribuíram 256 para vários órgãos do serviço público.

Ao longo desses dezessete anos, alguns servidores pediram movimentação para a AGU e outros órgãos. Outros solicitaram aposentadoria. Com uma força de trabalho composta por apenas 197 servidores, sendo que 17 estão cedidos, a Imprensa Nacional hoje está na UTI, Deputado Chico Vigilante.

Os servidores, apesar de todas as mazelas – como falta de condições ideais de trabalho, inexistência de uma carreira própria, quadro reduzido de pessoal e nenhuma perspectiva de melhoria salarial –, resistem bravamente, acreditando em um futuro promissor para a instituição e clamam por ajuda daqueles que têm poder de decisão e que podem mudar os rumos dessa organização que, inclusive, entrou para o *Guinness Book* no dia 19 de dezembro de 1997, quando o seu principal produto, o Diário Oficial da União, recebeu o certificado de maior jornal tabloide do mundo, com 2.112 páginas e 5,400 kg.

Portanto, meus colegas, os servidores da Imprensa Nacional têm apreço pela instituição, que é a sua segunda casa, e lutam por uma organização cujo parque gráfico necessita de investimento em equipamentos e novas tecnologias para desenvolver produtos adequados às demandas atuais do serviço público. Todos clamam por uma instituição fortalecida, revigorada. Para tanto, é necessária a recomposição da força de trabalho por meio de concurso público e de medidas de valorização do servidor, como uma carreira com proventos para o órgão.

Para finalizar, quero agradecer e fazer um apelo aos nossos pares sugerindo uma corrente para fortalecer essa instituição, Deputado Wasny de Roure, que, ao longo de mais duzentos anos, vem registrando e documentando nas páginas do Diário Oficial da União a história dos atos oficiais, como a Lei Áurea, a Proclamação da República, entre outros que pautam diariamente a vida da administração pública em nosso País.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	6

Vamos salvar a Imprensa Nacional e seus servidores. Salve essa instituição e salve a atividade gráfica e os gráficos!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo aos colegas. Houve um entendimento de que hoje votaríamos o segundo turno do PDAF, o Projeto de Lei nº 1.762, bem como o segundo turno dos projetos dos Deputados Distritais. Então, eu queria fazer um apelo aos nobres Deputados que se encontram nas instalações da Casa, em seus gabinetes, para que venham ao plenário e a gente cumpra essa agenda conforme acordado ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Agaciel Maia, eu quero informar a V.Exa. e aos Srs. Parlamentares que o Presidente da Casa, Deputado Joe Valle esteve aqui às 15h, abriu a sessão e a suspendeu por trinta minutos. Agora ele está no Tribunal de Contas tratando do assunto do concurso da Câmara Legislativa. O projeto do PDAF se encontra na pauta e é o item nº 70. Na hora em que os demais Deputados estiverem aqui, podemos votá-lo.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero trazer aqui uma questão, um tanto quanto tardiamente, porque a audiência foi hoje pela manhã e eu estava juntamente com a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e o Deputado Juarezão na Comissão de Educação e Saúde. Quero alertar a Mesa Diretora para o fato de que as audiências públicas não podem ocorrer em horário simultâneo ao das Comissões. Nós precisamos ter isso claro, porque prejudica a participação dos Deputados e me parece que o regimento não dá cobertura para esse tipo de evento concomitante às Comissões.

Então, eu quero trazer algumas reflexões que nós temos sobre o orçamento do Distrito Federal, cuja proposta foi protocolada recentemente aqui na Casa. Em primeiro lugar, observa-se uma variação negativa em todas as rubricas que o governo apresentou da proposta de 2018 em relação a proposta de 2017. Eu não consigo entender como que a visão do governo é entregar essa cidade de maneira a retroagir

no tempo e no espaço as suas aplicações. É bem verdade que em algumas rubricas o declínio é extremamente modesto, menos de dois dígitos, mas em outras como energia, habitação, saneamento e cultura, ele chega próximo a 20%, 30%. Então, o que o governo pretende fazer são perdas significativas de orçamento que deverá cobrar de nós, de maneira bastante evidente.

A outra questão que eu quero trazer aqui é que o PLOA, apresentado pelo governo, que não trouxe no seu programa de trabalho nenhuma revisão geral de remuneração dos servidores do Distrito Federal. Ou seja, o governo não tem nenhuma proposta de melhoria salarial para os servidores públicos como um todo.

Quero alertar os colegas Parlamentares sobre o fato de que a cidade vive um quadro de injustiça com relação aos servidores do SLU. O governo precisa tomar uma atitude para recompor os parâmetros salariais que esses servidores recebiam há três, quatro anos.

Então, é insustentável que o governo mantenha o corte que ele teve por uma decisão judicial que operacionalizar no início da sua gestão. Sei que o Governador preservou os patamares salariais dos servidores ao assumir, mas, no caso do SLU, havia uma decisão que os órgãos tiveram – no caso do SLU, teve – que aplicar diminuindo os patamares salariais em termos absolutos.

Portanto, é razoável que, com a saída do nível prudencial se pensasse que o governo iria ajustar os parâmetros salariais desses servidores que estão em um quadro de perda de qualidade de vida – são servidores que já tem uma certa idade –, extremamente significativa.

Eu faço um apelo ao Governo do Distrito Federal para que relembre a essas Comissões – que ele, inclusive chegou a criar –, a identificar os patamares remuneratórios dos servidores do SLU. Mesmo que o governo não aplique medidas generalizadas nessa área de reajuste, há alguns setores que estão extremamente defasados. Eu lembro, em particular, dos servidores do SLU.

A outra questão que me chamou muito atenção, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que, quando se monta uma peça orçamentária, se faz a avaliação do crescimento da receita. Inclusive, no Congresso Nacional existe uma subcomissão que é constituída a cada ano, no objetivo de encontrar uma metodologia que aponte um crescimento da receita. E esse crescimento da receita se projeta na proposta orçamentária. Há um estudo específico que deve ser feito.

O incrível que a gente observa é que, desde 2008 até 2017 – veja bem Deputada Telma Rufino, que está presidindo a nossa sessão –, o menor índice de crescimento da receita foi de 5.3, que se deu no ano de 2016. No entanto, o governo está apresentando uma proposta de 2.9. Ou seja, é uma proposta absolutamente irreal, é uma proposta exageradamente conservadora.

Para se ter ideia, Deputada Telma Rufino, neste ano, em relação ao ano passado, nós tivemos um crescimento na receita de 5.9%. Nós tivemos em 2016 um

crescimento de 5.3; em 2014, 9.4. E aí, nós vamos ter até crescimento de 20%, como foi em 2009 em relação a 2008. Portanto, o número que o governo está apresentando, do ponto de vista da previsão do crescimento da receita, é exageradamente conservador: 2,9%! Se nós fizermos uma recapitulação dos dez últimos anos, esse patamar não ocorreu, o menor patamar que ocorreu foi de 5,3%.

Brasília é uma cidade que tem uma capacidade de geração de arrecadação muito maior do que a equipe do governo está imaginando. No entanto, a proposta é de iniciativa do governo, eu espero que o Relator repense sobre a possibilidade da revisão desses números e desse parâmetro para que possa surgir uma revisão na proposta do governo.

Eu queria dizer, inclusive, colegas Parlamentares, que essa postura conservadora impacta sobremaneira as emendas dos Srs. Parlamentares. Está todo mundo demonstrando desinteresse no assunto, mas ela impacta o valor das emendas dos Srs. Parlamentares. Então, eu chamo a atenção para isso daqui, porque é um elemento absolutamente necessário a ser revisto. Em economia, trabalha-se muito com o histórico e a tendência. A tendência é uma variável que se usa em economia para podermos ver como é que ela se comportou, Deputada Telma Rufino. Nesses dez últimos anos, não houve um único ano que foi menos do 5,3%. O mais baixo foi 5,3%. Logo, não se justifica o governo adotar 2,9%, é um número exageradamente conservador.

Então, eu faço este apelo aqui ao governo: que ele repense e dê um pouco mais de fôlego à sociedade. Que possamos recompor e reconstruir esses patamares de números apresentados na proposta orçamentária do governo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Continuamos nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto novamente a falar de um drama que está sendo vivido pelos vigilantes do Distrito Federal. São homens e mulheres que prestam serviço à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Planejamento do Distrito Federal. Nós lutamos muito para que acontecesse uma licitação para trazer tranquilidade a esses trabalhadores, tendo em vista que as empresas, especialmente a Ipanema, vinham atrasando o pagamento constantemente. A licitação aconteceu e,

na verdade, ela trouxe intranquilidade e sofrimento aos trabalhadores, porque o Governo do Distrito Federal não tem a capacidade de fiscalizar o próprio cumprimento de edital que ele elaborou, que é baseado na convenção coletiva de 2016 e na Lei nº 4.794, de minha autoria. Na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital de Planaltina, no Hospital de Sobradinho, no HMIB – Hospital Materno Infantil de Brasília, no HPAP – Hospital Pronto Atendimento Psiquiátrico, no Hospital de Apoio e na UPA de São Sebastião, os trabalhadores estão há treze dias ocupando os postos de serviço e trabalhando de graça, porque eles não têm mais vínculo com as empresas que saíram e a outra não quis contratar. Isso nunca tinha acontecido na história do Distrito Federal e isso só acontece com um governo fraco, que não cumpre o que ele próprio assina.

Frente a isso, eu entrei com uma representação no Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Deputado Cláudio Abrantes entrou com outra representação. Fomos – fui juntamente com o Sindicato dos Vigilantes – ao tribunal, procuramos a presidenta de lá, Conselheira Anilcéia, procuramos o Conselheiro Michel, que é o responsável pelos processos, e fomos também ao Ministério Público de Contas. Para nossa felicidade, no dia de ontem, o tribunal decidiu por unanimidade. O auditório do tribunal estava lotado de trabalhadores. Decidiu por unanimidade determinar que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal e a Secretaria de Planejamento façam cumprir o edital elaborado por eles. E deu cinco dias para que eles digam por que não cumpriram.

Deputado Wasny de Roure, havia um parecer lamentável de um funcionário da Secretaria de Planejamento, que dava uma interpretação errada para a lei e errada para o edital que eles mesmo elaboraram e que fortalecia o lado de empresas caloteiras que não querem pagar os trabalhadores.

Um funcionário desse tem que ser demitido. Nós vamos investigar a serviço de quem ele está, porque nós sabemos como é que essas coisas se dão. Não existe, Deputado Cláudio Abrantes, jabuti em árvore – alguém botou. Aquele parecer é um jabuti dos gordos, e eu quero saber quem é o dono do jabuti. Mas o Tribunal ontem derrubou tudo isso.

O Deputado Cláudio Abrantes, que estava lá comigo ontem, viu a felicidade dos trabalhadores. Agora falta o GDF cumprir a parte dele. Digo mais: se, nos cinco dias, não for cumprido, nós vamos a todas as instâncias responsabilizar o Governo do Distrito Federal pelo descumprimento. Isso dá crime de responsabilidade. Isso dá *impeachment*. Isso dá afastamento do Governador e dos Secretários. Estão brincando com fogo, e poderemos tomar uma medida drástica aqui nesta Casa também, que é anulação da licitação. Podemos apresentar um projeto, aqui, que acabe com a licitação, porque ela está se tornando um tormento para os trabalhadores. Portanto, está na hora de o Governador do Distrito Federal ter posição.

Já conversei aqui com o Zé Flávio, já conversei com o Deputado Agaciel Maia, que é o Líder do Governo, mas parece que o governo não quer resolver. Acho que está brincando com o fogo, e quem brinca com fogo se queima. Nós não estamos pedindo nenhum favor. Nós estamos pedindo o cumprimento de uma lei aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador Agnelo, estamos pedindo o cumprimento de um edital

elaborado pela Secretaria de Planejamento. Cabe a eles cumprirem aquilo que escreveram no edital.

Querem pagar para ver, vão ver. Querem responder pelo crime de responsabilidade, irão responder; mas os trabalhadores é que não vão ficar na situação dramática que estão vivendo hoje na Capital da República, vivendo a vergonha que estão passando no momento.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero aqui saudar a Presidência de V.Exa., Deputada Telma Rufino, os meus pares, a imprensa e a galeria.

Eu venho à tribuna hoje com um tom de lamento muito grande, uma tristeza muito grande porque, no último domingo, o Distrito Federal perdeu um daqueles heróis que o Distrito Federal tem, que Brasília tem, que chegam a ser heróis anônimos – ele não tão anônimo –, que se dedicavam a uma causa extremamente importante para a vida urbana, a qual, inclusive, hoje, está assegurada na nossa Constituição como um direito fundamental de cada cidadão: a mobilidade.

No último domingo, o ciclista Raul Aragão, de 23 anos, foi atropelado e veio a óbito. Foi a perda de um grande ativista dessa modalidade de transporte. Nós sabemos que um dos grandes desafios que existe hoje é ter facilidade de se locomover e, principalmente, é fazer com que isso aconteça de uma maneira sustentável, que faça bem ao meio ambiente e ao ser humano. Embora eu não tivesse contato com ele, que era um defensor da mobilidade, sou também um integrante, alguém que transita sobre duas rodas, tanto na *bike* quanto na motocicleta.

É extremamente triste ver alguém que se dedicou tanto a uma luta para que as pessoas se respeitassem no trânsito, para que as pessoas tivessem a consciência de respeito à parte mais frágil desse contato no trânsito, que são aqueles que estão sobre duas rodas, principalmente os ciclistas, falecer, perder a vida justamente por conta de pessoas que não ouviram a sua mensagem, que não aderiram a esse pensamento. Então, foi um pesar muito grande para Brasília por conta de tudo a que esse garoto de 23 anos – realmente, um garoto – se dedicou e perdeu a vida justamente nesse sentido.

Quero registrar esse pesar. Não é uma questão política, é uma questão sobre aqueles que dedicam o seu dia a dia, a sua vida a melhorar a vida dos outros, a vida da Capital da República. E tão surpreendente e tão triste quanto isso é saber que, no dia do sepultamento do Raul, no dia em que as pessoas estavam ali consternadas, tristes pela perda desse jovem, por conta de uma vida que se esvai de uma maneira

tão bruta, de uma pessoa tão jovem, na saída do sepultamento, um grupo de ciclistas foi atropelado por um motorista.

Ou seja, por mais que o motorista venha a apresentar uma motivação – parece que ele estava com a filha dentro do carro, que houve uma pedrada, alguma coisa –, o carro se torna uma arma, torna-se um instrumento para ferir outro ser humano. Olhe a que ponto nós chegamos, Deputado Chico Vigilante, na Capital da República. Olhe a que ponto o trânsito leva as pessoas a atitudes extremas, até de um servidor público jogar o carro sobre um grupo de ciclistas. Talvez, hoje, a gente estivesse aqui falando de outra tragédia. Um servidor público, uma pessoa que tem um nível intelectual considerável, uma pessoa estudada, vamos dizer.

A gente fica impressionado com o que o trânsito está fazendo com as pessoas. Parece que, quando a pessoa entra no seu carro, ela se empodera de uma armadura e está indo para a guerra. Quem estiver à sua frente vai receber palavrões, discussões e pode, inclusive, ser alvo desta arma que está sob suas mãos: o veículo, o carro. Isso é muito triste.

Eu venho aqui fazer esse voto de pesar verbal. Acredito que a Câmara também deveria verbalizar oficialmente esse pesar. Nós vamos apresentar uma moção neste sentido: pela perda do Raul Aragão, esse jovem que, eu volto a afirmar, é uma perda para o dia a dia da cidade e também por esse tipo de postura. Eu acho que nada justifica, em hipótese nenhuma, que um cidadão pegue o seu carro, o seu veículo e atire sobre outras pessoas; em hipótese nenhuma se justifica jogar o carro sobre pessoas e, principalmente, em pessoas que estão sem nenhum tipo de proteção, porque o ciclista, com certeza, é uma das partes mais frágeis do sistema de mobilidade que nós temos no Distrito Federal.

Então, isso é lamentável, é triste. Não poderíamos deixar de registrar o nosso repúdio a uma atitude e o nosso pesar pela perda do Raul Aragão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel (Pausa.)

Se não houver *quorum,* teremos que encerrar. Nós estamos todos aqui dentro do horário. Os Deputados têm que ter responsabilidade e saber do horário. Não estão aqui. Fazer o quê? Vou encerrar. Não vou ficar aqui olhando para o tempo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, está nítido que não temos *quorum* para deliberação, e eu sugiro a V.Exa. que encerre a sessão. Estou aqui desde o primeiro momento.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concordo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero chamar a atenção, porque essa lista de presença nessa Casa está virando lista de araque. A gente vai ver amanhã a lista toda repleta de assinaturas. Não é justo, não é correto, para quem tem o papel de legislar com a idoneidade que se exige de um legislador.

Eu quero chamar a atenção para essas listas que aparecem repletas de assinaturas depois do fato consumado. Agora nós não temos Deputados aqui para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Realmente, a sessão foi aberta às 15h.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Telma Rufino, V.Exa. que preside esta sessão, acho que é óbvio. Nós já estamos aqui debatendo há mais de uma hora, nos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, que já estão encerrados.

Inclusive, a Oposição está aqui. A Oposição, em sua boa parte, está aqui, mas, se não chegaram até agora, e chegou a hora de votar, o momento de deliberar, que é este, e não tivermos *quorum*, é óbvio o que tem que ser feito, que é encerrar a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem, porque houve um acordo ontem, e isso tem sido muito questionado, que era votar os projetos dos Deputados. O acordo era para votarmos hoje os dois projetos do PDAF em segundo turno – e está aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras – e também o projeto de captação de recursos, seja com emendas, seja sem emendas. Está certo? Houve esse compromisso. Eu acho que os Parlamentares, muitos que estão na Casa, ficam aguardando o início de processo de votação, mas precisam estar aqui presentes.

Eu gostaria que V.Exa., que está na Presidência fizesse uma relação, uma chamada nominal e, se não atingirmos os treze Deputados, como é regimental, que suspendêssemos a sessão, porque muitos Parlamentares estão em agenda oficial, como é o caso do nosso Presidente. Um grupo de Deputados está no Tribunal e está voltando para a Câmara. Está muito cedo ainda. Agora é que são 16h30min.

Então, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma chamada nominal para sabermos quais são os Deputados que estão presentes, até mesmo corroborando a posição do Deputado Wasny de Roure. Se não atingirmos os treze, fazemos um apelo para que os Deputados que estão nos gabinetes venham e a gente cumpra o que foi acordado ontem. Se não, vai ficar uma coisa estranha, porque, quando se fizer um compromisso com a terça-feira, para fazer outro para a quarta, ninguém acreditará, pois as pessoas não virão. Então, fica uma coisa estranha. Portanto, eu quero fazer esse apelo a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputada Telma Rufino. Eu só queria fazer uma colocação. Na verdade, estou na Casa desde as 15h. Realmente fizemos um acordo, mas quero dizer ao Líder que estou há dez dias com agenda marcada com o Secretário de Saúde – foi difícil marcar com o Secretário – e vou ter que me ausentar.

Desde as 15h, eu estava no meu gabinete despachando. Então, cumpri aquilo que foi determinado no Colégio de Líderes. Infelizmente tenho uma agenda oficial, como outros que estão tendo agenda oficial e saíram. Quero deixar claro que eu estava aqui.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria alertar para o fato de que a comunidade que tem interesse no debate e na votação do PDAF encontra-se presente, está aguardando aquilo que foi acertado entre nós, que é a votação no dia de hoje. Quero lembrar isso aos colegas e fazer um apelo: venham para cá, vamos votar e liberar logo esse projeto do PDAF e vamos também debater esse projeto sobre empréstimo.

Não sou da base do governo, mas acho que Brasília, naturalmente com alguns aperfeiçoamentos que a nossa bancada vai apresentar... Esse empréstimo também é importante para Brasília. Vamos superar nossas picuinhas com o governo e votar o que é melhor para a cidade. Muito obrigado, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. está com razão. Mas desculpe-me a sinceridade, eu acho que o horário é 15h. A gente só vota em plenário nas terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras. O Deputado tem que estar aqui às 15h. Se for para todo mundo ficar no gabinete, eu também tenho um monte de coisa para fazer lá. Vou ficar atendendo o povo, e depois desço para cá. Assim não dá!

São 16h42min, V.Exa. está certo quanto ao horário, as pessoas têm que ter responsabilidade. O povo do PDAF está aqui, e foi combinado no Colégio de Líderes. O Presidente já passou por aqui. Então, a gente tem que realmente cumprir o horário, desse jeito não dá. Também vou levantar daqui e vou embora.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	14

Solicito ao Sr. Secretário, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM | **DATA: 25/10/2017**

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE		1
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
8	DELMASSO	PODEMOS		1
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV	1	
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	JOE VALLE	PDT		1
	RESULTADO		14	10

QUÓRUM	
14	PRESENTES
10	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Há 14 Parlamentares presentes. Portanto, há *quorum* suficiente para iniciarmos as votações previstas na Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Só para ficar claro para as pessoas que estão aqui, e para os que estão assistindo a gente por meio da *TV Web* da Câmara, dos 14 Deputados presentes, a maioria é Oposição. Portanto, é a Oposição que está garantindo a votação dos projetos do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Eu agradeço a informação. Vou ver depois quem é Oposição mesmo, Deputado Chico Vigilante. Um monte de oposição aqui está cheio de cargo do outro lado.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 a 63 relativos aos vetos da Ordem do Dia, votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao Secretário que proceda à leitura do primeiro item para votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou pedindo urgência para um projeto que tenho tramitando nesta Casa. Muita gente não quer que ele seja aprovado. O projeto diz o seguinte: o Deputado que indicar cargos para o governo, na hora em que se publicar a nomeação no Diário Oficial, vai constar quem indicou. Eu quero saber quem é o dono do jabuti.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concordo com V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero fazer uma solicitação. Vamos votar o Projeto de Lei nº 1.762 em primeiro turno, encerrar a sessão, e votar o PDAF e esse projeto em segundo turno, que é o procedimento legislativo correto. Votamos um no primeiro turno, encerramos e votamos os dois em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – A pedido, incluo extrapauta os Projetos de Lei nºs 1.762 e 1.574, de autoria do Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	16

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, sobre esse projeto do crédito, eu peço para o Deputado Agaciel Maia ter um pouquinho de paciência, porque há problema, nós o estamos emendando. Vamos apresentar os projetos, mas alerto que ele precisa de 13 votos favoráveis. Já verificamos no Regimento Interno, ele precisa de 13 votos favoráveis, está na Lei Orgânica do Distrito Federal. Se a oposição não votar, não será aprovado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiramente eu peço para V.Exa. não generalizar a oposição. Eu não tenho cargo no governo, zero! Graças a Deus, eu não tenho nenhum cargo neste governo.

Segundo, eu gostaria de fazer uma questão de ordem. Solicito que a Mesa se pronuncie quanto ao *quorum.* Na minha visão, há o mesmo compartilhamento, que é *quorum* absoluto, maioria absoluta, ou seja, 13 votos favoráveis. Eu gostaria do posicionamento da Mesa, em função do art. 151, inciso III, da Lei Orgânica. É a nossa visão. A partir do posicionamento da Mesa, nós também decidiremos. Se for nesses termos, é óbvio, vamos nos 13 votos. Se não, vamos apresentar recurso.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Sobre esse item que V.Exa. falou por último, eu concordo com V.Exa. Quanto ao primeiro, eu não falei para V.Exa. Falei para quem a carapuça servir. Está bom?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que a Mesa, através de V.Exa., elucidasse esse problema do *quorum* do Projeto de Lei nº 1.762.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Vou ler o que dispõe o art. 151 da Lei Orgânica. São vedados, inciso III: "a realização de operações de crédito que excedam ao montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara Legislativa, por maioria absoluta". Ficou esclarecido?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, considerando esse pequeno imbróglio relativo à votação do projeto do

empréstimo, peço para V.Exa. a inversão de pauta, a fim de que votemos agora o segundo turno do PDAF, caso haja acordo dos Líderes, até que resolvamos essa questão do *quorum* para o empréstimo.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, já está na ordem.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu recebi hoje cópia de um ofício dirigido ao Sr. Presidente desta Casa, o Deputado Joe Valle. Entidades da sociedade civil organizada, aproximadamente dez entidades, apresentam um pedido de audiência pública para tratar dessa autorização do empréstimo internacional. Eu até acho que a propositura tem fundamento, porque ela vai impactar determinada região. No entanto, não há nenhum ditame – e eu até quero fazer essa proposta à Lei Orgânica – de passar, de agora em diante, Deputado Chico Leite, audiências públicas para tratarem de empréstimos internacionais. Acho que é uma boa medida ter a participação da sociedade civil organizada.

Hoje é meramente uma posição política da Mesa Diretora, em particular do Presidente, na apreciação da matéria, mas, como houve acordo de líderes, eu tenho que respeitar.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, permita-me uma observação.

Nós tivemos uma reunião do Colégio de Líderes na segunda, como sempre temos, e acordamos ali os processos que colocaríamos em votação nesses dois dias. Na terça-feira, eu me lembro bem, seriam três créditos mais projetos dos Parlamentares, o primeiro turno do PDAF – acabou havendo um acordo para passar o segundo turno para hoje – e esse projeto específico desse crédito, que mereceu uma explanação por parte de agente públicos do governo, os responsáveis pelo projeto. Nós líderes ali presentes, claro que independentemente da posição de mérito de cada um, acordamos, sob a condução do Presidente da Casa, que estava presente, que votaríamos hoje.

Eu acho muito ruim, sem embargo das posições de mérito de cada um dos colegas e das colegas Parlamentares, que haja quebra de acordo na Casa. Quero deixar esse registro, Sra. Presidente, e quero observar que tenho uma preocupação muito grande com isso, independentemente do que pense cada um. Mas, se nós ajustamos que vamos votar determinada matéria, precisamos cumprir o compromisso. Eu deixo esse registro, Sra. Presidente.

Eu não sei se essa reunião das segundas está se prestando a que nós reafirmemos esse compromisso que temos com a sociedade, que é pelo menos este: estarmos aqui e votarmos as matérias acordadas.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas pela minoria, pois eu faço parte da minoria, eu coaduno com o posicionamento do Deputado Prof. Reginaldo Veras no sentido de que invertamos a pauta dando prioridade à votação do PDAF em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós temos um impasse. Deputado Chico Leite, ninguém está descumprindo acordo algum. Só que, para se aprovar o projeto, precisa-se de treze votos, e vocês não têm os treze votos. E mais: nós analisamos melhor e analisamos com muito cuidado, nós vamos apresentar uma emenda ao projeto separando o que é dinheiro para captação de água e manutenção de mananciais. Esse, vamos garantir. Agora, outras coisas que existem por aí de que estamos desconfiados que sejam jabutis vão ficar fora. Essa é a nossa emenda. Jabuti não entra, não, porque agora nós vamos ter um filtro para jabuti.

Portanto, eu faço uma sugestão a V.Exa., Sra. Presidente. Estão confusas as coisas, nada vai se resolver. Não há nada que seja tão urgente que não possa ficar para terça-feira. Deixe para votar tudo terça-feira.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como ambos os projetos são do Executivo, eu tenho que concordar com o Deputado Chico Vigilante. Então, a Liderança do Governo encaminha que os projetos sejam votados na próxima terça-feira. Esse é o nosso entendimento.

Portanto, V.Exa. pode ficar à vontade para encerrar a Ordem do Dia.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós temos terça, quarta e quinta para votação. Por que deixarmos para terça se amanhã é um dia comum de votação nesta Casa?

Temos que parar com essa cultura de só votarmos projetos aqui nas terças. Eu estarei aqui amanhã às 15h, como é de praxe, para votar, caso isso esteja na

Ordem do Dia. Vamos parar com essa mania de jogar tudo para a semana seguinte. Ou então se muda o Regimento e se coloca só um dia para votação. Assim, eu não perco tempo vindo para cá.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é só para fazer uma referência à observação do Deputado Chico Vigilante. O entendimento era que estivéssemos presentes e dispostos a votar, não em relação ao mérito do projeto. Nós aqui respeitamos a compreensão de cada um. Se, no entanto, o Deputado Chico Vigilante encontrou, nesse ou em qualquer outro projeto, algum sinal de corrupção, malversação de recursos públicos, faça a indicação, que eu vou na frente fazer o combate.

Aliás, dediquei toda a minha vida a combater bandido, bandido de dinheiro público, de qualquer partido, de qualquer área, de qualquer lugar, de qualquer origem. No Ministério Público, eu me dedicava mais ao criminoso do bem jurídico individual. Agora, nesses últimos anos de política, tenho me dedicado mais ao criminoso rico, do bem jurídico transindividual e continuo o combate.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acho que infelizmente foi feito um esforço. Já são quase 17h. Realmente foi combinado no Colégio de Líderes que todos estariam aqui para votar o PDAF e esse projeto da água. Infelizmente, as pessoas não descem ou não vêm. E não temos que ficar aqui.

Então, eu concordo com a proposta do Deputado Chico Vigilante e do Deputado Agaciel Maia para que façamos essas votações na terça-feira mesmo. Se hoje, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o *quorum* já é difícil, imagine amanhã, quinta-feira? Sugiro a V.Exa., Sra. Presidente, que fique para a terça-feira mesmo.

Vou ter que me retirar, pois tenho outros compromissos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para ficar claro, estou aqui segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Os únicos dias em que não vou vir votar aqui é a Sexta-Feira da Paixão e o dia de Natal. No restante, estou aqui à disposição.

Hoje não tem como votar. O projeto está sendo analisado pela nossa assessoria, tem problemas, tanto é que vamos apresentar uma emenda e vamos pedir o apoio do Deputado Agaciel Maia no sentido de separar o que é recurso para captação e o que é recurso para preservação dos mananciais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	20

Já me foi dito aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que tem mais recurso para projeto do que para manutenção dos mananciais de captação! Que diabo de projeto é esse? Por que esses projetos são mais caros do que cuidar lá da nascente? Há uma lei de minha autoria, sancionada, que premia quem cuida das nascentes, paga para cuidar das nascentes, remunera para cuidar das nascentes, para não deixar o meio ambiente desastrado do jeito que está.

Portanto, é isso. Não vai acontecer absolutamente nada de extraordinário até terça-feira. Mas, se quiserem votar amanhã, quarta, quinta, sexta, sábado, domingo, estarei aqui.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria só fazer dois registros em relação a tudo isso. Primeiro, ontem quando eu disse que nós deveríamos votar o PDAF ontem mesmo, até discordaram de mim dizendo que não deveríamos votar ontem e que deveríamos votar no dia de hoje. Quero deixar só registrado que eu estava certo. Alguns Deputados disseram "não, vamos deixar para amanhã." Dito e feito. Eu queria dizer que eu estava correto, que nós deveríamos ter votado ontem a questão do PDAF, Deputado Chico Vigilante.

Eu queria dizer que eu vim hoje, além de vir para votar todos os projetos, em respeito a cada coordenador de regional de ensino que realmente está precisando que seja aprovado esse projeto. E é importante ressaltar que nós estávamos aqui. Eu vim, mesmo com um compromisso – estou tentando até adiar aqui o horário –, mas em respeito à educação. Eu vim e estou aqui presente para poder votar.

Eu só queria deixar registradas essas duas colocações, porque ontem até discordaram de mim: "Não, vamos deixar para amanhã." E hoje não está sendo votado. Obrigado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, lendo aqui o pensamento de V.Exa., faço uma solicitação. Já que estamos aqui, vamos trabalhar. Já que não há acordo para votarmos projetos do Executivo, vamos votar os projetos dos Deputados em segundo turno, Sra. Presidente. Temos *quorum* para tanto. E vamos limpar a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Vamos sim.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	21

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o grande embate, a grande discussão é sobre o projeto de crédito, o projeto da contração do empréstimo, qual o óbice de votarmos o PDAF em segundo turno?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Porque houve um acordo...

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Só um instante, eu estou fazendo uma questão de ordem, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ok, eu respeito V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado. Eu respeito V.Exa. também.

Nós estamos aqui cumprindo um acordo! Estamos aqui cumprindo o acordo que foi acertado no Colégio de Líderes, e há *quorum*.

Então, penso que, primeiro – concordo com o Deputado Prof. Reginaldo Veras mais uma vez –, se estamos aqui, qual o óbice de votarmos também os projetos de Deputados? Segundo, se o projeto para o qual não há acordo para votação está tendo problema do ponto de vista do mérito – não tem mais nem do ponto de vista do *quorum* –, que é o projeto do crédito, de nº 1.762, qual é o impedimento... Porque o acordo está sendo cumprido pelos que estão aqui. Obviamente, se estamos aqui, estamos cumprindo aquilo que acertamos na segunda-feira, no Colégio de Líderes. Não votar o PDAF, na minha opinião, é um desrespeito com aqueles que estão aqui e estão cumprindo o acordo feito no Colégio de Líderes. Se não há nenhum tipo de questionamento, se há um acordo, se já foi deliberada a questão das emendas, enfim, tudo que o PDAF envolve e, como disse o Deputado Julio Cesar, se é uma questão de respeito aos coordenadores de regional, por que não votamos o PDAF em segundo turno?

Abordo essa questão para que os Deputados todos possam se manifestar sobre se não podemos hoje votar o PDAF em segundo turno.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não é questão de estarmos aqui para votar a ou b, é uma questão do acordo feito. O acordo feito foi o que viríamos na quarta-feira para votar os dois projetos.

Então, sabemos que há um pano de fundo político, se votarmos o PDAF, não se vota o da captação, porque está se levantando... Trata-se de dois projetos de iniciativa do governo. Houve um acordo de Líderes para se votar e houve sempre questionamento sobre adiar isso. Se o próprio governo está pedindo para adiar para terça-feira os projetos e se pode ser feita uma consulta aos Líderes, acho que a Mesa precisa respeitar isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 | 10 | 2017	15h10min	97ª Sessão Ordinária	22

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, acho que o entendimento aqui, do Deputado Chico Vigilante, meu e do Deputado Cláudio Abrantes, que não somos da Base, é o de que, de alguma maneira, estamos é ajudando o governo, porque estamos orientando que, se votarmos o PDAF, haverá consenso para aprovação. No entanto, se votarmos o Projeto do Empréstimo, considerando que ele necessita de uma votação de 13, ao meu olhar aqui, o governo não tem voto suficiente e o projeto será reprovado. Meu voto será contrário se for agora.

Então, estamos, de alguma maneira, até ajudando, o que mostra a responsabilidade do trabalho que exercemos aqui.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vou fazer uma questão de ordem aqui, para que os Deputados se manifestem sobre a votação do PDAF em segundo turno. Acho que é muito mais interessante que cada um aqui, e depois a maioria, diga se quer votar o PDAF em segundo turno ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – É isto o que vou fazer, Deputado, consultar um por um, e vocês ajudam a decidir se votaremos ou não.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos só o PDAF ou os dois.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero encaminhar aos Deputados da Base, que participaram inclusive do acordo, que votem pelo adiamento para terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Consulto os Líderes.

Deputado Wellington Luiz. Não está.

Deputado Chico Leite. Acha que tem de votar junto.

Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Deputado Chico Vigilante, pelo PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Fui eu que fiz a sugestão de votar junto, terça-feira

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Juarezão. (Pausa.)

Deputado Lira. (Pausa.)

Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na verdade, pertenço a um bloco cujo Líder é o Deputado Chico Leite, e S.Exa. já se manifestou para que seja hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vou manter a minha posição. Não vejo óbice, não vejo quebra de acordo algum em votarmos, em segundo turno, o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira hoje. Essa é a minha posição. No fundo, o que vejo é uma ação, é uma estratégia do governo, que, com medo de perder a votação do crédito, atrela isso ao PDAF. Na verdade, o grande acordo que a gente tem de ter aqui é com a população do Distrito Federal; e, na minha opinião, ela não está sendo respeitada. Os diretores regionais, os gestores, estão aqui ansiosos pelo PDAF. Uma semana a mais faz diferença, sim, para esses senhores. Então, quero confirmar de forma veemente a minha posição. Poderíamos, sim, ter votado o PDAF em segundo turno, na tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo acordo para votarmos hoje, fica adiada para terça-feira a votação.

Vamos votar os projetos de Deputados em segundo turno.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras para secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que encerre a sessão. Está claro que ninguém quer votar nada aqui, não.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, por falta de *quorum*.

(Levanta-se a sessão às 17h08min.)